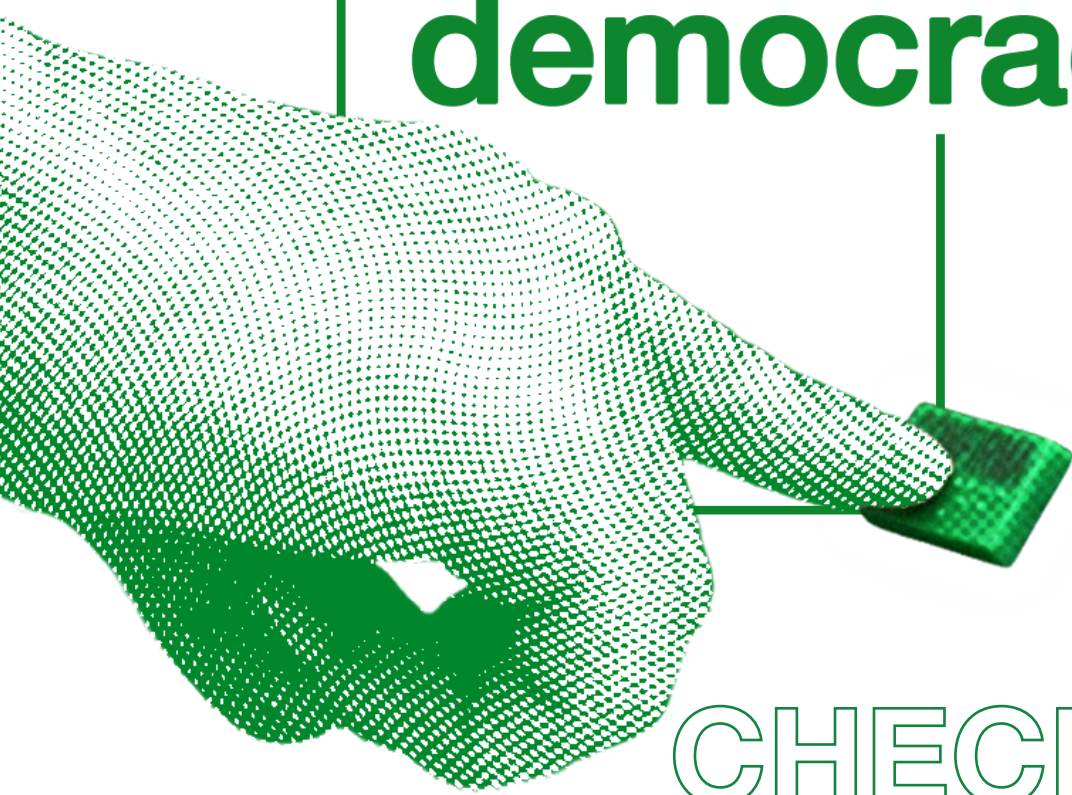


INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

#voto pela democracia

voto pela democracia



CHECKLIST

Espaço cívico, segurança pública, climática e digital:
um checklist para as eleições 2022

CHECKLIST

Nosso #VotoPelaDemocracia

Espaço cívico, segurança pública, climática e digital:
uma checklist para as eleições 2022

A democracia e a garantia de nossos direitos exigem esforços coletivos, a inclusão e o debate entre grupos diferentes, além do engajamento e monitoramento constantes das ações de nossos governantes. Estamos nos aproximando das eleições no Brasil e a participação popular e o engajamento cívico serão fundamentais para a escolha de representantes comprometidos com a defesa de nosso regime democrático.

Os desafios do Brasil são muitos: somos um país desigual e violento, em que raça, gênero e o lugar onde moramos podem definir as chances de nossos direitos serem garantidos ou violados. Mas, se de fato queremos construir um país menos desigual e mais seguro para todas e todos, precisamos resgatar e fortalecer nossa capacidade de criação de consensos, em um processo que requer diálogo e respeito por oponentes políticos e críticos. Precisamos colocar a proteção da vida e dos interesses públicos de volta ao centro de nossas políticas.

Tendo isso em mente, a checklist **Nosso #VotoPelaDemocracia** apresenta uma lista de 10 pontos para orientar a discussão das propostas apresentadas pelas candidaturas para as eleições 2022 nas áreas da segurança pública, climática e digital e da proteção do espaço cívico no país. A defesa do fortalecimento da democracia é nosso principal objetivo e entendemos que os pontos abordados nessa checklist têm impactos importantes nos caminhos que a democracia brasileira irá traçar nos próximos anos. Como as candidaturas se posicionam sobre esses temas? Eles são abordados em suas propostas?

Neste momento tão importante para o nosso país, esperamos que essa checklist possa apoiar a escolha de candidaturas comprometidas com um país mais inclusivo, sustentável e menos inseguro e desigual.

Sejamos, juntas e juntos, protagonistas da democracia no Brasil.

#voto pela
democracia

SEGURANÇA CLIMÁTICA

1. Segurança na Amazônia: A candidatura defende a segurança na Amazônia, protegendo os povos indígenas, comunidades tradicionais e a floresta amazônica?

A análise pelo Instituto Igarapé das operações da Polícia Federal realizadas na Amazônia Legal ao longo dos últimos anos revela as dimensões do escopo, escala e dinâmica de diversas atividades que comprometem a segurança na Amazônia, incluindo grilagem de terras, extração ilegal de madeira e mineração ilegal do ouro. Tais atividades funcionam por meio de um verdadeiro ecossistema de crimes ambientais e não-ambientais a eles conexos, tais como fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes violentos, posse de armas, trabalho escravo, entre outros. Esse ecossistema de crimes coloca em risco a floresta e as populações que vivem na região, implicando em gravíssimos danos ambientais, sociais e econômicos. Os desafios impostos às autoridades públicas no que diz respeito à prevenção de crimes, à aplicação da lei, à proteção ambiental e à segurança dos povos indígenas e comunidades tradicionais, em especial, são crescentes. **A candidatura apresenta propostas para reverter esse cenário de violência e insegurança na Amazônia, garantindo a proteção das populações da região e da floresta?**

Saiba mais em:

[O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta](#)

[Mapeando Crimes Ambientais na Amazônia](#)

[Guia de proteção a defensoras de direitos humanos e meio ambiente](#)

2. Desenvolvimento Sustentável: A candidatura investirá na economia de baixo carbono e em caminhos para o desenvolvimento sustentável?

Soluções para o desenvolvimento sustentável englobam um leque de diferentes ações, incluindo a transparência das cadeias produtivas, o uso racional dos recursos, o fortalecimento das fontes de energia renováveis e a redução das desigualdades em diversas dimensões. Esse leque requer uma atuação conjunta e efetiva entre todos os atores da sociedade: governos, setor privado e sociedade civil. É preciso avançar, de maneira eficiente, por exemplo, em caminhos para enfrentar as ilegalidades nas cadeias produtivas, melhorando a rastreabilidade, a transparência e a responsabilização dos setores envolvidos e demais políticas públicas. **Propostas de investimento na economia de baixo carbono e para fortalecer o desenvolvimento sustentável são abordadas pela candidatura?**

Saiba mais em:

[Verde, Limpo e Seguro: dimensões e métricas para a agricultura brasileira no século 21](#)

[Soluções tecnológicas para rastreabilidade da cadeia de suprimentos na Amazônia brasileira: oportunidades para o setor financeiro](#)



SEGURANÇA PÚBLICA

3. Controle de Armas e Munições: A candidatura se compromete a restabelecer e fortalecer o controle de armas e munições no país?

A política de controle de armas e munições é central para a segurança e para a democracia. Evidências de estudos tanto do Brasil quanto de outros países demonstram a importância da regulação da produção, acesso e circulação de armas e munições para reduzir o impacto negativo do descontrole armado em diferentes formas de violência. O Estado precisa agir para controlar e fiscalizar armas e munições para evitar que elas caiam na ilegalidade e sejam utilizadas pela criminalidade. Desde 2019, contudo, o governo federal facilitou o acesso a grandes quantidades de armas e munições, incluindo o acesso a armas que antes eram de uso restrito às forças de segurança. Essa facilitação, no entanto, não foi acompanhada pelo fortalecimento das capacidades de fiscalização do Estado: em 2020, apenas 2,3% dos arsenais privados foram fiscalizados pelo Exército. Além de ir na contramão das evidências sobre o impacto do controle de armas e munições na redução da violência armada, as medidas de facilitação do acesso às armas vão na contramão do que quer a maior parte da população: mais de 70% da população brasileira não acredita que a sociedade seria mais segura se as pessoas andassem armadas.¹ Com isso em mente, **a candidatura se compromete a restabelecer e fortalecer o controle de armas e munições no país?**

Saiba mais em:

[Agenda Segurança Pública é Solução](#)

[Regulação de Armas e Munições](#)

[Boletim Descontrole no Alvo 1 - A flexibilização do acesso a armas e munições em análise pelo STF](#)

[Boletim Descontrole no Alvo 2 - Mais grupos armados, menos fiscalização](#)

[Boletim Descontrole no Alvo 03 - Amazônia no Alvo](#)

1 Resultado da pesquisa Datafolha disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/datafolha-7-em-cada-10-rejeitam-ideia-de-que-armas-trazem-mais-seguranca.shtml>

4. Proteção de grupos mais afetados pela violência: A candidatura defende ações de proteção e prevenção que considerem os grupos mais afetados por diferentes formas de violência no país?

As desigualdades no Brasil se traduzem também nos riscos de violência que afetam diferentes grupos no país. Uma pessoa negra tem quase duas vezes mais chances de ser assassinada que uma pessoa não negra. Mulheres indígenas e negras têm 3,3 e 1,7 vezes mais chances de serem assassinadas em comparação às mulheres brancas. De 2000 a 2020, o assassinato de mulheres brancas por armas de fogo diminuiu em 46%, já o de mulheres negras aumentou em 64%. Meninas e adolescentes de até 14 anos representam 58% dos quase 35 mil casos de violência sexual registrados em 2020. Somos também um país com altos índices de violência contra a população LGBTQIA+: em 2021, 140 pessoas trans foram assassinadas.² Além disso, o Brasil ocupa a quarta posição entre os países que mais matam defensores ambientais no mundo.³ Para reverter esse cenário e reduzir os riscos de milhares de trajetórias interrompidas por diferentes formas de violência, é central que a candidatura avance em propostas que abarque as especificidades das dinâmicas de violência no país e a maneira com a qual essas afetam grupos específicos. **A candidatura defende ações de proteção e prevenção que considerem os grupos mais afetados por diferentes formas de violência no país?**

Saiba mais em:

[Agenda Segurança Pública é Solução](#)

[Agenda Rio Seguro](#)

[Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas](#)

[Guia de proteção a defensoras de direitos humanos e meio ambiente](#)

[Portal Para Liberdade](#)

2 Dados retirados do Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 (Antra 2022).

3 Dados retirados do relatório Last Line Of Defence da ONG Global Witness. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/land-and-environmental-defenders-annual-report-archive/>

5. Polícias e Democracia: A candidatura se compromete a investir, profissionalizar e fortalecer a atuação das polícias na garantia dos direitos da população?

Em uma democracia, as polícias são fundamentais para a prevenção da criminalidade e para a proteção e garantia de direitos. Por essa razão, sua atuação não pode ser orientada por entendimentos de justiça que permitam o descumprimento das leis e a violação de direitos. O Brasil possui grandes desafios associados aos altos índices de letalidade e vitimização policiais, que precisam ser revertidos a partir do compromisso com uma série de ações, que vão desde elaboração de políticas de segurança pública baseadas em evidências, e que reduzam a lógica do enfrentamento na ponta como estratégia prioritária, até a melhoria das condições de trabalho destes profissionais, destaque feito à agenda de atenção à saúde física e mental. A criação de programas de treinamento e capacitação que desenvolvam as competências para atuar nas diversas dimensões da segurança pública e, principalmente, que motivem o policial a desempenhar todas essas funções, também são centrais. Dado esse contexto, **a candidatura se compromete a investir, profissionalizar e fortalecer a atuação das polícias na garantia dos direitos da população?**

Saiba mais em:

[Valorização policial](#)

[O reconhecimento como um estímulo a boas práticas: uma agenda de valorização policial](#)



SEGURANÇA DIGITAL

6. Segurança Cibernética: A candidatura tem um plano para proteger o país de ataques cibernéticos?

Atualmente, cerca de 70% da população brasileira está conectada à internet. Acompanhando esse alto percentual de conexão, fraudes, espionagens e outros crimes cibernéticos estão cada vez mais sofisticados e demandam soluções multissetoriais. Um estudo do Instituto Igarapé realizado a partir de consultas com representantes dos setores público, privado, financeiro, forças armadas e sociedades civil identificou frentes prioritárias para a proteção digital, incluindo a capacitação e letramento em segurança digital para a população; o combate à desinformação e a ciber Crimes (ex: fraudes e pornografia infantil) e o fortalecimento da proteção de infraestruturas críticas (ex: sistemas bancários, de energia e telecomunicações). Os riscos digitais no Brasil ameaçam diferentes setores de forma transversal. **A candidatura está comprometida com ações para proteger o país de ataques cibernéticos e para fortalecer uma cultura de segurança digital?**

Saiba mais em:

[Mapeamento de Riscos Digitais](#)

7. Direitos Digitais: A candidatura preparará o Brasil e a sociedade brasileira para navegarem no mundo digital de forma segura?

O Brasil é um dos países que mais sofrem com ataques cibernéticos e, com o processo de digitalização acelerado pela pandemia, o desafio da segurança digital tornou-se ainda mais urgente. Seja em muitas das nossas atividades diárias ou no funcionamento das cidades onde vivemos, redes estáveis e seguras são fundamentais. O Instituto Igarapé mapeou uma série de iniciativas multissetoriais para mitigar os desafios deste ecossistema digital e construir um ambiente digital mais seguro, resiliente e saudável. A pluralidade de ações e atores engajados no tema demonstram que o Brasil tem avançado cada vez mais para trazer a segurança digital cibernética como uma pauta de incidência relevante. Contudo, é preciso reforçar a cooperação intersetorial no tema.

A candidatura se preocupa em preparar o Brasil e a sociedade brasileira para navegarem no mundo digital de forma segura?

Saiba mais em:

[Portal Brasileiro da Cibersegurança](#)

8. Enfrentamento da Desinformação: A candidatura tem propostas para enfrentar a disseminação de fake news e campanhas de desinformação sobre temas centrais para a democracia brasileira?

A desinformação está entre os maiores riscos digitais no Brasil. O monitoramento dos ataques ao espaço cívico no Brasil realizado pelo Instituto Igarapé também mostra que as fake news e as campanhas de desinformação estão entre as táticas mais usadas para ameaçar a democracia brasileira. A disseminação de discursos de ódio, de incitação à violência, além da difamação e perseguição de adversários políticos ameaçam a pluralidade de ideias, gerando consequências graves para o ambiente democrático. É preciso diferenciar a liberdade de expressão de discursos estigmatizantes e de ataques às instituições, que incitam, por exemplo, o ódio e a violência contra atores centrais para a democracia, como a imprensa, a academia e movimentos e organizações da sociedade civil. Sabendo que uma população informada e consciente tem mais capacidade de escolher bem seus representantes, **a candidatura tem propostas para conter e combater a disseminação de fake news e campanhas de desinformação sobre temas centrais para a democracia brasileira?**

Saiba mais em:

[Mapeamento de Riscos Digitais](#)

[Boletim GPS do Espaço Cívico](#)



ESPAÇO CÍVICO

9. Participação social: A candidatura se compromete a promover um amplo diálogo na construção de políticas públicas?

Tentativas de silenciamento de opositores, a redução dos espaços de participação popular nos conselhos de políticas públicas, a criminalização da sociedade civil e violações de direitos e liberdades de grupos vulnerabilizados têm se intensificado no Brasil. Dentre as táticas mais utilizadas para limitar a discordância e a pluralidade de ideias, estão a intimidação e o assédio, além da violação de direitos, em especial de pessoas negras, mulheres, da população LGBTQIA+ e dos povos indígenas. Em conjunto, essas violações reduzem o espaço cívico no país e limitam as possibilidades de diálogo, debate e construção de consensos mínimos, fundamentais para que a nossa democracia possa responder aos desafios reais da população. É preciso garantir o direito da sociedade colaborar na elaboração de políticas públicas, fortalecendo a troca de dados e evidências para orientá-las. Considerando tais fatos, **a candidatura se compromete a promover um amplo diálogo na construção de políticas públicas?**

Saiba mais em:

[Agenda - O Espaço Cívico é o Nosso Espaço](#)

[Boletim GPS do Espaço Cívico](#)

10. Transparência: A candidatura defende e incentiva a transparência governamental e o livre acesso à informação sobre políticas públicas?

Em uma democracia, o sigilo deveria ser a exceção e a publicidade dos dados, especialmente os de interesse público, a regra. Apesar disso, a transparência governamental tem sofrido retrocessos. Para além das diversas tentativas de modificar a legislação sobre o tema, em 2020, somente 53,7% dos pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação foram aceitos.⁴ A transparência governamental ativa na disponibilização de dados, incluindo dados sobre gastos públicos, garante o monitoramento da atuação do Estado pela sociedade. **A candidatura defende e incentiva a transparência governamental e o livre acesso à informação sobre políticas públicas?**

Saiba mais em:

[Agenda - O Espaço Cívico é o Nosso Espaço](#)

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/despenca-indice-de-transparencia-do-exercito-na-lei-de-acesso-informacao-24584499>



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Direção criativa

Raphael Durão - STORMdesign.com.br

Layout

Gabriela Aguiar

igarape.org.br



#voto pela democracia



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank